

Universidade de São Paulo
Escola de Comunicações e Artes
Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação

Marina Santos de Carvalho

Políticas Públicas Culturais e o Programa de Editais

CELACC/ECA-USP
2014

Marina Santos de Carvalho

Políticas Públicas Culturais e o Programa de Editais

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, apresentado ao Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Ms. Maria Bernadete Toneto.

Agradecimentos

Agradeço especialmente aos meus pais, Apolonio Moura e Maria Cleonice, pelo incentivo, amor e apoio na minha formação.

Às minhas irmãs Gilda Carvalho e Virginia Carvalho pelas conversas e trocas de experiências.

Ao meu esposo Ricardo Bueno, que de forma especial e carinhosa me incentivou à conclusão deste trabalho.

À minha orientadora, Profa. Maria Bernadete Toneto, pelas sugestões e por compartilhar seu conhecimento.

Às Coordenações Acadêmica e Executiva do Programa de Editais da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária pelas informações e aprendizado na condução do Programa.

Sumário

1. Introdução	7
2. Conceitos.....	8
3. Breve Histórico das Políticas Culturais no Brasil	10
4. Universidade e Cultura.....	18
5. A Universidade de São Paulo.....	20
6. A Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária – PRCEU	22
7. Financiamentos da PRCEU.....	23
7.1. Fomento às Iniciativas de Cultura e Extensão.....	23
7.2. Programa de Editais	24
8. Considerações Finais.....	30
9. Referências Bibliográficas	32

Lista de Tabelas

Tabela 1: Recursos requisitados e repassados pelo Comitê (2009-2013).....	24
Tabela 2: Total de projetos homologados e contemplados por edital.....	25
Tabela 3: Projetos contemplados segundo o vínculo do proponente.....	26
Tabela 4: Total investido pelo programa de editais (2013).....	27
Tabela 5: Número de projetos inscritos, homologados e contemplados por edital.....	27
Tabela 6: Projetos contemplados segundo o vínculo do proponente (2013).....	28

Políticas Públicas Culturais e o Programa de Editais

Marina Santos de Carvalho¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar as ações que a Universidade de São Paulo (USP), por intermédio da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) tem realizado com o financiamento de projetos na área de cultura e extensão. Para tanto se inicia com o conceito de política cultural, faz-se uma reflexão sobre o histórico das políticas culturais no Brasil, apresenta a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, abordando seus financiamentos e focando no estudo de caso do Programa de Editais.

Palavras-chave: Políticas Públicas Culturais; Programa de Editais; financiamento

Abstract

This paper has as objective to present the actions that the University of São Paulo (USP), for intermediate of Pro-Dean for Culture and Extension University has realize with the financing of projects in the area of culture and extension. For both starts with the conception of cultural policy, it is a reflection about the historic of the culture politics in Brazil, show the Pro-Dean of Culture and Extension University, addressing their funding and focusing in the case study of the Publish Program.

Key words: Cultural Public Policy, Publish Program; financing

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar las acciones que la Universidad de São Paulo (USP), a través del Decano de Cultura y Extensión Universitaria (PRCEU) ha realizado con la financiación de proyectos en el ámbito de la cultura y la extensión. Se inicia con el concepto de política cultural, es una reflexión sobre la historia de las políticas culturales en Brasil, presenta el Decano de Cultura y Extensión Universitaria, dirigiéndose a su financiación y se centra en los estudios de caso del Programa de Edictos.

Palabras clave: Políticas Culturales, Programa de Edictos, Financiación

¹ Marina Santos de Carvalho. Pós-Graduada em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos pelo Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação da Universidade de São Paulo. Pós-graduada em Gestão Estratégica de Negócios pela Anhanguera, 2010. Tecnóloga em Automação de Escritório e Secretariado pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo, 2008. Endereço eletrônico marinacarvalho09@hotmail.com. Orientadora: Profa. Ms. Maria Bernadete Toneto.

1. Introdução

Neste artigo, pretende-se fazer algumas considerações sobre políticas públicas culturais no Brasil, refletir sobre seu histórico de ausência, instabilidade e autoritarismo, em que se percebe que a área cultural no Brasil não é tratada com a mesma importância que outras pastas, além de ser considerada, inclusive, o “patinho feio” do Governo. Embora a área cultural tenha ganhado certo destaque na gestão do ex-ministro Gilberto Gil, o percentual orçamentário continua baixo, e por vezes, não chega a 1%.

No breve histórico das políticas públicas serão apresentadas algumas importantes contribuições na gestão do ex-ministro Gilberto Gil, que colaborou com a ampla discussão da área de cultura, bem como ocorreram avanços significativos no sentido de colocar a cultura dentro da agenda política do governo.

Além disso, apresentar as ações que a Universidade de São Paulo (USP), tem realizado por intermédio da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU), com o financiamento de projetos na área de cultura e extensão, com foco no Programa de Editais.

Este Programa é uma ação inédita de financiamento de projetos nas áreas de cultura e extensão na USP, o que motivou a realização deste trabalho, bem como as reflexões sobre seu futuro.

O objetivo deste Programa é apoiar financeiramente projetos de preservação de acervos documentais e museológicos, memórias e monumentos históricos, culturais, artísticos e arquitetônicos da Universidade de São Paulo nas diversas áreas do conhecimento, bem como projetos voltados para o intercâmbio cultural e científico nas áreas de cultura e extensão com instituições congêneres nacionais e internacionais.

A metodologia utilizada foi análise de referências bibliográficas sobre Antonio Rubim e a ideia de ausências e instabilidades de políticas públicas, Isaura Botelho e Lia Calabre com o balanço das políticas públicas e suas perspectivas, bem como Azevedo, Gois, Rua e Andrade com a conceituação de política, programa e projeto. Para o estudo de caso inicia-se a partir da análise da Carta de São Paulo, bem como dos relatórios de gestão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária.

2. Conceitos

Antes de conceituar o que são políticas públicas, serão apresentados os conceitos de política, programa e projeto.

A palavra política tem origem grega, e vem de *polis*, que significa cidade. Nas cidades da Grécia antiga os cidadãos discutiam em assembleias os problemas comuns a todos e tomavam as decisões para solucioná-los. (AZEVEDO, 2010, p.10).

Rua (1996) define política como um “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. Azevedo (2010, p. 10) cita Aguiar (1980) que diz “Uma política expressa uma idealização, mas também define estratégias de atuação e de transformação da realidade a fim de se alcançar objetivos pré-definidos”.

Quanto à definição de programa, Góis (2010, p. 3) cita Rua (1996) que conceitua programa como “um conjunto de ações e estratégias gerais que expressam os objetivos de uma determinada política, usualmente estruturados em um conjunto de projetos específicos”, ou seja, programas são um conjunto de ações para implementar as políticas definidas, geralmente divididos em temáticas ou setores.

Já a palavra projeto tem origem do termo em latim *projectus*, que significa algo lançado à frente, ou seja, é algo que ainda não foi realizado. (ANDRADE, 2008). Um projeto tem prazo a ser executado, portanto tem início, meio e fim. Góis (2010, p. 3) cita Rua (1996), que define projeto como uma “ação planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades e desenvolvida num determinado local, com público alvo, tempo de duração e recursos limitados”.

Percebe-se que esse tripé está interligado, pois ao se definir uma política, para sua implementação criam-se programas e projetos, com o objetivo de alcançar os resultados e metas estabelecidos na política definida.

No que se refere às políticas públicas conceitua-se como ações tomadas pelo Estado que têm como objetivo atender os diversos setores da sociedade civil. Essas políticas são muitas vezes feitas juntamente e com o apoio de ONGs (Organizações Não Governamentais) ou empresas privadas. Quanto aos seus tipos, as políticas públicas podem ser distributivas, redistributivas e regulatórias, sendo que podem atuar na área industrial, institucional, agrícola, educacional e da assistência social.

Segundo Teixeira Coelho:

A política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por estes agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsáveis. (COELHO, 1997, p. 292).

A missão das políticas públicas de cultura é contribuir para a melhoria cultural, a superação da exclusão, e da distância cultural entre integrados e excluídos. (FARIA, 2003).

Na publicação “Cultura em Números”, do Ministério da Cultura (MinC), 2010, há uma definição de Política Municipal de Cultura, sendo a:

Ação do poder público ancorada em operações, princípios e procedimentos administrativos e orçamentários, orientada para melhorar a qualidade de vida da população através de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas, proporcionando a mesma o acesso aos bens culturais. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010, p. 246).

Cabe destacar que estas ações são voltadas para todo o município e não apenas para alguns segmentos.

Contudo, Silva (2007, p. 18) conceitua as políticas públicas como sendo um “conjunto de ações (e de omissões) conduzidas de forma planejada e coordenada, muitas vezes submetidas a acompanhamentos e avaliações sistemáticas e visam modificar ou manter a realidade nas diferentes áreas da vida social”. Silva (2007, p. 20) conceitua políticas culturais como “um conjunto composto por políticas sistemáticas, institucionalizadas e com continuidade”. Para isto, elaboram-se normas ou procedimentos que serão referência para outras experiências e realizam-se intervenções diretas no processo cultural, com investimento em equipamentos, apoio de ações, manifestações específicas, etc.

3. Breve Histórico das Políticas Culturais no Brasil

A trajetória das políticas culturais no Brasil possui três tristes tradições e grandes desafios, segundo Rubim (2007, p. 1), estas tristes tradições podem ser resumidas em três palavras: ausências, autoritarismos e instabilidades.

A ausência de políticas públicas culturais vem desde o período colonial, em que havia desprezo e perseguição das culturas africanas e indígenas, inexistência do ensino superior e universidades, era proibida a instalação da imprensa e ocorria controle de circulação de livros. Com a independência do Brasil não ocorreram mudanças, continuou-se com ausência no Segundo Império, no período colonial e na República Velha (RUBIM, 2007).

Segundo Botelho (2007, p. 1) as primeiras instituições culturais no Brasil iniciou-se com a vinda de D. João VI para o Brasil. Foram criadas algumas instituições, tais como: a Biblioteca Nacional, o Museu de Belas Artes e o Museu Histórico Nacional.

Na década de 30 as políticas públicas começam a se tornar presentes, de forma tímida, com ações de: Gustavo Capanema, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, no período de 1934 a 1945 e de Mário de Andrade, diretor do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo e chefe da Divisão de Expansão Cultural, no período de 1935 a 1937.

No período do autoritarismo o Estado assumiu um papel mais ativo e somente nesta época que o Brasil conheceu políticas culturais mais sistemáticas. Segundo Rubim (2013), as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e dos militares (1964-1985), além de censura, repressão, medo, prisões, tortura, realizaram uma importante intervenção no campo cultural. Durante o período Vargas, segundo Botelho (2007, p. 110), que verdadeiramente foi implantado um sistema articulado em nível federal, com a criação de instituições que visavam “preservar, documentar, difundir e mesmo produzir diretamente bens culturais, transformando o governo federal no principal responsável pelo setor”.

No governo de Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, dentre outras ações, teve-se a criação de leis para as artes, cinema, radiodifusão, profissões culturais e criam-se alguns órgãos culturais, como: Superintendência de Educação Musical e Artística; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937) e Conselho Nacional de Cultura (1938). (RUBIM, 2013, p. 226-227).

Na Ditadura Militar também foram criadas diversas instituições, entre elas estão: o Conselho Federal de Cultura (1966); a Empresa Brasileira de Filme -EMBRAFILME (1969); a Fundação Nacional das Artes - Funarte (1975); o Conselho Nacional de Cinema (1976).

Cabe esclarecer que a diferença entre o Estado Novo e o período militar está no fato de que a era Vargas acarretou na construção de uma arquitetura cultural que se dizia destinada a formar a nacionalidade e identidade cultural brasileira, vinculando educação e cultura. Já o regime militar, agiu mais na proposta de criar condições tecnológicas e econômicas que permitissem a expansão da indústria cultural, ampliando o mercado de consumo dos bens culturais. (TOLENTINO, 2007, p. 9).

A instabilidade pode ser verificada ao analisar a história do Ministério da Cultura. O setor de cultura esteve inscrito no Ministério de Educação e Saúde (1930) até passar a compor o novo Ministério de Educação e Cultura (MEC), em 1953, em que era responsável pelo ensino, cultura, letras e artes, patrimônio histórico e arqueológico, científico, cultural e artístico. Somente em 1985 o Ministério da Cultura foi criado, e “tem como áreas de competência a política nacional de cultura e a proteção do patrimônio histórico e cultural” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014). Mas em 1990, no governo do então presidente Fernando Collor de Mello foi transformado em Secretaria. Em 1992, no governo de Itamar Franco voltou a ser Ministério, sua instabilidade não ficou restrita às mudanças de Ministério/Secretaria, mas também, na troca constante dos dirigentes, entre 1985 e 1994 foram dez. Segundo Calabre (2007, p. 93) o Ministério da Cultura no início de suas atividades enfrentou diversas dificuldades, entre elas estavam à falta de recursos humanos, espaço físico e recursos financeiros para a manutenção dos programas existentes.

Com tanta instabilidade torna-se difícil estabelecer e consolidar ações, projetos e programas culturais. Por isso, faz-se necessário que os governantes definam e implantem políticas públicas que sejam enraizadas, para que não ocorra nas gestões que se sucedem a desvalorização das realizações das gestões anteriores, e a existência de um orçamento mais representativo como ocorre com outras pastas, como citado por Rubim:

(...) a instabilidade decorre igualmente da incapacidade dos governantes de formularem e implementarem políticas que transcendam os limites dos seus governos e tornem-se políticas de Estado no campo da cultura, como acontece em outras áreas da administração federal, a exemplo da Educação, da Saúde, da Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores. (RUBIM, 2008, p. 194).

Calabre (2009, p. 296) compartilha deste posicionamento e considera que “o grande desafio é criar projetos que não sejam desmontados a cada nova administração, gerando um ciclo contínuo de desperdício de recursos e de trabalho”.

O Estado tem um papel importante e é preciso que políticas culturais efetivas sejam realizadas, buscando a diversidade cultural, e, que elas sejam descentralizadas, não beneficiando regiões específicas com a maior parte dos recursos e projetos, bem como que sejam perenes.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) é uma das poucas instituições culturais que foi capaz de burlar a instabilidade. Ele foi criado em janeiro de 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas, mas já em 1936, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, preocupado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pediu a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto de Lei para salvaguarda desses bens. Em seguida, confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de implantar o Serviço do Patrimônio. Posteriormente, em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”. Durante sua existência a SPHAN, passou a Departamento, Instituto, Secretaria e novamente Instituto. O IPHAN está hoje vinculado ao Ministério da Cultura. Há mais de 75 anos, o IPHAN vem realizando um trabalho permanente de identificação, documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro.

Em 1986, foi criada a primeira Lei de Incentivo Fiscal, que ficou conhecida como Lei Sarney de Incentivo à Cultura (Lei nº 7.505, de 02/07/1986), e segundo Calabre (2007, p. 94), tinha como objetivo buscar superar as dificuldades financeiras que a área sempre enfrentou e tentar criar novas fontes de recursos para impulsionar a produção artístico-cultural, no entanto, depois que José Sarney deixou a presidência, a lei foi revogada.

Na gestão do Presidente Fernando Collor (1990 a 1992), foi estabelecido um período de crise econômica, social e política, em que o Estado estava fechando os órgãos culturais mais representativos e reduzindo o orçamento, no entanto, neste período foi criada a Lei Rouanet de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313, de 23/12/1991) - que tem princípios da Lei Sarney - para estimular a iniciativa privada a investir em cultura. Segundo Hamilton Faria, no artigo *Políticas Públicas de Cultura e Desenvolvimento Humano nas Cidades*, em (Brant, 2003) começava-se a construir um “Estado mínimo e mercado máximo”, pois com isto abria-se mão das políticas públicas e começava-se a realizar a cultura com dinheiro público na esfera privada.

Hamilton Faria (2003) diz que a “lei é um instrumento necessário para dar agilidade às dinâmicas culturais e não para compensar a ausência de recursos e de políticas públicas”, mas o que se tem visto é o contrário, elas estão sendo utilizadas justamente pela ausência de recursos e de políticas públicas efetivas, ficando a produção artística refém dos interesses comerciais, cujo objetivo é a busca do lucro. No entanto, há projetos que não trariam muita visibilidade para as empresas e acabam sendo prejudicados com esta sistemática, como cita Julia Andrade, em *Por uma Política Cultural que Garanta Diversidade e Acesso Socioespacial* em (Brant, 2003, p. 129), “existem situações em que o produto cultural não é ‘vendável’, mas isso não significa que ele não possua sua importância social, muito pelo contrário”.

Segundo Calabre (2009, p. 293), o primeiro período de estabilidade ocorreu na gestão do Ministro Francisco Weffort (1995 a 2002), em que o então presidente Fernando Henrique Cardoso implantou uma política de Estado mínimo, em que a principal atividade do MinC era aprovar os processos que seriam financiados por meio de Lei de Incentivo à Cultura. A Lei Rouanet passou a ser um instrumento de marketing cultural para as empresas patrocinadoras.

As leis de incentivos fiscais foram ajustadas ao longo da década de 1990 e “aportaram montantes significativos de recursos para o financiamento de projetos culturais, tanto recursos públicos provenientes da renúncia fiscal quanto aportes adicionais das empresas financiadoras”. (SILVA, 2007, p.17).

Há diversas críticas quando se refere às leis de incentivos fiscais, sendo a principal delas que “a decisão final no uso de recursos públicos é, de fato, ditada pelas empresas em razão de suas estratégias corporativas e de reforço da imagem”. (SILVA, 2007, p. 64).

No entanto, esse período de estabilidade não significou necessariamente o fortalecimento do Ministério, pois foram destinados apenas 0,14% do orçamento da União para a área cultural em 2002, além da centralização de suas ações nos estados do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo.

Desde a gestão de Francisco Weffort, gradativamente a área cultural vem ganhando espaço e passando a ser encarada como direito e deixando de ser considerada menos importante que as outras pastas do Governo. Pode-se destacar no âmbito municipal, um crescimento da institucionalização da área, com a criação de secretarias, de conselhos de cultura, de fundações, de fundos de financiamento e de busca de formação mais qualificada para seus gestores. (CALABRE, 2009, p. 294).

Contudo, para Rubim (2011) o período de estabilidade inicia-se na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e Gilberto Gil (2003 a 2008), como Ministro da Cultura, em que o Estado passa a ter um papel mais ativo no campo cultural.

Para Calabre (2009, p. 294), na gestão de Gilberto Gil houve o empenho de construir realmente o Ministério da Cultura e ocorreram avanços significativos no sentido de colocar a cultura dentro da agenda política do governo.

A tendência atual das políticas culturais é que ao setor público não compete produzir ou dirigir a cultura, mas sim, fomentar a sua produção, distribuição e consumo, bem como democratizar e proporcionar o acesso à produção cultural. (SILVA, 2007, p. 18).

No governo de Lula/Gil procurou-se trabalhar as diversas dimensões do conceito de cultura e, de modo geral, são três dimensões interdependentes: a *dimensão econômica*, com a necessidade de aumentar os recursos para a área e à sua capacidade de geração de emprego e renda; a *dimensão cidadã*, compreendida como direito básico do cidadão, que é assegurado na Carta Magna, nas Declarações Universais, desta forma, precisa-se garantir a participação da sociedade na vida cultural, criando e dando acesso aos espetáculos, exposições, acervos, entre outros e, a *dimensão simbólica* relacionada ao imaginário, às expressões artísticas e práticas culturais. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014).

No MinC ocorreram algumas mudanças na estrutura organizacional, que buscava aproximação com outros ministérios, estados e municípios. Uma destas mudanças foi à criação de uma Secretaria de Políticas Culturais, que tem como função “subsidiar e coordenar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas do Ministério”, bem como a articulação com os Ministérios da Educação e da Comunicação para integrar políticas públicas nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014). Os objetivos das mudanças tiveram por base princípios de democratizar e regionalizar a distribuição dos recursos, abrindo-se, assim, os primeiros canais de diálogo entre o MinC e a sociedade civil. Desta forma, com o diálogo deixa-se de lado o autoritarismo para dar espaço a democracia, reforçando-se, assim, a dimensão cidadã.

Outra importante iniciativa foram os acordos de cooperação técnica firmado entre o MinC e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2004, com a finalidade de montar uma base de dados do setor cultural, cujos principais objetivos são o fomento de estudos, o fornecimento de subsídios aos órgãos governamentais e às instituições privadas para elaboração de planos, ações e políticas (CALABRE, 2007, p. 98), bem como com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), responsável por fornecer estudos,

pesquisas e subsídios para formação de políticas públicas, planos e programas de desenvolvimento.

Na gestão de Gilberto Gil um dos temas privilegiados para deixar de lado a tradição das ausências foi à ênfase do papel do Estado na formulação de políticas públicas. (RUBIM, 2013, p. 232).

Outra ação de Gil, desta vez, deixando de lado o autoritarismo foi à insistência pela ampliação do conceito de cultura, inclusive, abrindo espaço para outras expressões de culturais, como: populares, afro-brasileiras, indígenas, da cultura digital, entre outras. Cabe destacar que foi um diferencial o relacionamento com os povos indígenas em uma perspectiva cultural, pois esse relacionamento dava-se, apenas, através do Ministério da Justiça, com a Fundação Nacional do Índio. Segundo Rubim (2013, p. 233) “a abertura conceitual e de atuação significa não só o abandono de uma visão elitista e discriminadora de cultura, mas representa um contraponto ao autoritarismo e a busca da democratização das políticas culturais”.

Outro fator significativo é a ampliação dos recursos disponibilizados a área da cultura que passou de 0,14% em 2003 para cerca de 1%, através da renúncia fiscal e do orçamento ministerial. (RUBIM, 2013, p. 235).

Outra iniciativa importante para a construção de políticas públicas culturais é a implantação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC), cujo empenho do Ministério é implantar um sistema de gestão integrado nas esferas municipais, estaduais e federais, para ter uma gestão articulada e compartilhada entre Estado e Sociedade, bem como atuação pactuada, planejada e complementar, seja democratizando os processos decisórios intra e intergovernos e, principalmente, garantindo a participação da sociedade de forma permanente e institucionalizada. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010, p. 13).

Segundo Bezerra (2013, p. 10) a área da cultura na gestão do governo Lula chegou ao final como um marco para as políticas públicas, entre outros motivos, pela implementação de mecanismos de democracia participativa da sociedade civil, em que foram realizadas consultas nacionais e locais, por intermédio de fóruns, conferências e conselhos. O resultado desses encontros foi um conjunto de metas que contemplam o Plano Nacional de Cultura (PNC), cujo documento foi finalizado na gestão da presidente Dilma Rousseff (2011 a 2014). O PNC estabelece objetivos, diretrizes, ações e 53 metas a serem cumpridas até 2020, cujas responsabilidades são compartilhadas entre estado e sociedade.

Segundo Rubim (2013, p. 235), a permanência da equipe do Ministério da Cultura no segundo mandato do presidente Lula, mesmo ocorrendo à alteração de Gilberto Gil

por Juca Ferreira (2008 a 2010), pode ser interpretada como compromisso de continuidade das políticas adotadas.

Na gestão da Presidente Dilma Rousseff (2011 a 2014), foi nomeada como Ministra da Cultura, Anna Maria Buarque de Holanda, cujo mandato foi exercido entre janeiro de 2011 e setembro de 2012.

Segundo Campanerut (2012), a gestão de Anna de Holanda foi considerada turbulenta e ocorreram muitas críticas. A primeira delas ocorreu em seu primeiro mês de mandato, ao solicitar que fosse retirada do site do Ministério da Cultura a licença *Creative Commons*, que permite a disseminação e cópia de produção cultural. Entre outras críticas estão: a captação de R\$ 1,9 milhão para turnê da cantora Bebel Gilberto – sobrinha da ministra, bem como projeto de seu irmão Chico Buarque, referente ao livro “Leite Derramado”.

Anna de Holanda foi destituída do cargo, após o vazamento à mídia, de que estava descontente com os recursos destinados a pasta.

Sendo assim, Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy foi nomeada nova Ministra da Cultura. Segundo Nolan (2012), em seu último dia de mandato como Senadora, Marta conseguiu a aprovação do Sistema Nacional de Cultura no Congresso. Esta aprovação poderá facilitar o repasse de verbas aos estados e municípios.

Entre as atuais políticas culturais do Ministério da Cultura está a atualização da Lei Rouanet, cuja finalidade é contribuir com melhor distribuição dos recursos para o país, bem como para projetos com menor interesse do mercado. Outra iniciativa da gestão é a ampliação dos CEUs, no âmbito federal, em que estão sendo construídos 357 Centros de Artes e Esportes Unificados, com a finalidade de integrar programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, visando a maior integração social das regiões que atuam. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014).

A gestão dos CEUs é compartilhada entre as prefeituras e a comunidade e foi constituído um Grupo Gestor, encarregado de criar um Plano de Gestão, bem como elaborar a programação dos equipamentos. O MinC tem realizado mapeamento sociocultural dos Territórios de Vivência dos CEUs, com a finalidade de potencializar a participação social. (Ministério da Cultura, 2014).

A presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.965/14, que é conhecida como o Marco Civil da Internet, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Em seu quarto artigo, desta lei que disciplina o uso da internet no Brasil, entre seus incisos está à “promoção do acesso à informação, ao conhecimento e à

participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos”, e no artigo 27 estabelece “as iniciativas públicas de fomento à cultura digital e de promoção da internet como ferramenta social”. (Lei 12.965/14).

Com isso, o Ministério da Cultura criou o Programa Cultura Digital, em que “têm sido propostas ações de infraestrutura que visem a incentivar a autonomia e a expansão dos processos de produção, distribuição e circulação dos conteúdos culturais, públicos, ou que estejam no acordo das licenças autorais, na rede”. Além disso, está sendo desenvolvido projeto para conexão das instituições do Sistema MinC e, paralelo a isto, estão sendo propostos mais dois projetos: Rede de Laboratórios de Arte e Inovação e Cinemas Universitários Conectados. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014).

Outra importante iniciativa foi à criação das Incubadoras de Economia Criativa, que foram instaladas em parceria com o SEBRAE, Universidades Federais, Ministérios e Banco Públicos. Em 2012 foi criada pelo Decreto 7.743, de 1º de junho de 2012, a Secretaria da Economia Criativa (SEC), cujo objetivo é propor, conduzir e subsidiar “a elaboração, implementação e avaliação de planos e políticas públicas para o desenvolvimento da economia criativa brasileira”, além disso, “contribuir para que a cultura se torne um eixo estratégico nas políticas públicas de desenvolvimento do Estado brasileiro”. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014).

Segundo Bezerra (2013, p. 12), o Ministério teve o importante mérito de definir uma direção, delinear o que deve ser feito e preparar as bases para executar todas as intervenções no campo da cultura para os próximos anos, conforme expresso no Plano Nacional de Cultura. Sabe-se que ainda há muitos desafios e trabalhos a serem executados, contudo, as ações realizadas pelo MinC têm contribuído para a busca de superação das tristes tradições apresentadas: ausência, autoritarismo e instabilidade.

4. Universidade e Cultura

Analisando-se o vínculo das áreas de cultura e educação, por anos elas estiveram ligadas, por intermédio do MEC, pois conforme já mencionado somente em 1985 foi criado um Ministério específico para a área cultural.

Em novembro de 1966, foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), sendo uma de suas atribuições analisar os pedidos de verba ao MEC, instituindo uma política de apoio a uma série de ações, no entanto, a estrutura do Ministério esteve concentrada para a área de educação. Somente após quatro anos de sua criação foi instituído o Departamento de Assuntos Culturais (DAC). (CALABRE, 2007, p. 90-91).

Segundo Botelho (2011, p. 97), a Fundação Nacional de Artes (Funarte) foi uma instituição que realizou trabalhos sistemáticos com instituições de ensino superior, que desde sua criação recebia muitas demandas das universidades solicitando apoio para suas atividades culturais, que não recebiam recursos financeiros do MEC, deste modo, foi criado o Projeto Universidade para receber estas demandas.

O Projeto Universidade trabalhava basicamente com a área de extensão cultural das universidades, com o objetivo de auxiliá-las a se tornar polos irradiadores de cultura para a comunidade, por meio da promoção de atividades artísticas não eventuais, estimulando a participação efetiva do corpo discente, de forma a constituir um calendário anual e permanente. (BOTELHO, 2011: p. 98)

Em 1981 este projeto passa a ser chamado de Projeto Universitário, e sua sistemática de estilo “balcão” de demandas sofre alterações, com o objetivo das propostas serem mais coerentes, e em seu plano, a inclusão de metas e etapas, além de possuir a integração ensino e extensão, não somente para a área de artes, mas também para as ciências humanas em geral. Geralmente, os projetos eram propostos pelas áreas de extensão das universidades e, na maioria das vezes, eram realizados nas universidades em cidades históricas, que tinham a preocupação de articulação com a população local, excluída dos circuitos culturais. (BOTELHO, 2011, p. 98-99).

Este projeto foi extinto e com o intuito de retomar a integração entre Cultura e Universidade foi assinado em junho de 2010, na gestão do ministro Juca Ferreira, a Portaria nº 70, em que cria o Programa Cultura e Universidade, cujo objetivo é fomentar ações e consolidar políticas culturais no âmbito do ensino superior.

Segundo Silva (2007, p. 29) a rede de educação ainda não foi explorada adequadamente quanto ao seu potencial de difusão de valores culturais, pode-se haver maior interação entre o MinC com o MEC, para estabelecer ações complementares, que se inclua a cultura como elemento da educação formal e acrescenta:

A formação do gosto significa mais do que a possibilidade de criar indivíduos capazes de fruição estética; demanda compreensão e crítica, capacidade de reconhecer estilos, linguagens, valorizar e perceber diferenças, requer aptidão de relativizar as próprias crenças e gostos. Enfim, torna necessária a educação do olhar, da audição, dos sentidos, o que proporciona o discernimento aos indivíduos e não a simples assimilação passiva ou dogmática de padrões estabelecidos e conhecidos. (SILVA, 2007, p. 29).

Silva (2007, p. 29) afirma ser fundamental, na democratização cultural, a articulação das ações do MinC com o sistema educacional, com iniciativas voltadas para a formação de hábitos e domínios de referências culturais, até mesmo com a efetiva educação artística nos currículos escolares (teatro, dança, música, artes plásticas, audiovisual, etc.).

5. A Universidade de São Paulo

A Universidade de São Paulo foi criada em 1934 e é uma universidade pública, mantida pelo Estado de São Paulo e ligada à Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Para desenvolver suas atividades, a USP conta com diversos *campi*, distribuídos pelas cidades de São Paulo, Bauru, Lorena, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto, Santos, São Carlos, além de Unidades de Ensino, Museus e Centros de Pesquisa situados fora desses espaços e em diferentes municípios.

A estrutura administrativa da USP é composta pela Reitoria e Vice-Reitoria, como órgãos centrais e quatro Pró-Reitorias, sendo de: Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária. Há também Prefeituras nos *campi* e algumas Superintendências.

As atividades de cultura e extensão na USP têm crescido e aumentado, conseqüentemente, o número de participantes. A Universidade tem sob sua guarda quatro museus estatutários, são eles: Museu de Arte Contemporânea (MAC), Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), Museu Paulista (MP) – mais conhecido como Museu do Ipiranga -, e Museu de Zoologia (MZ). Os resultados de visitação destes Museus em 2010 foram 530.291; 2011 foram 544.562; já em 2012 foram 1.138.373 visitantes, dados obtidos no anuário estatístico da Universidade de São Paulo.

Estes museus são abertos ao público em geral e realizam exposições artísticas, históricas e científicas. Além disso, há acervos e coleções museológicas em diversas Unidades, bem como cinema, coral, orquestras, teatro, e outros equipamentos culturais. Cabe destacar que atualmente o Museu Paulista encontra-se fechado para reformas.

Segundo Marco Antonio Zago (2014, p. 13), reitor da USP, no período de 2014 a 2017, “Uma das missões importantes da Universidade é a preservação e análise crítica da cultura, a qual tem que fazer parte mais ativa da vida universitária. No passado, a USP foi um foco importante de criação da cultura brasileira. Isso precisa ser recuperado”.

Na Carta de São Paulo, elaborada por docentes da USP, e aprovada em 24/09/2010, durante a plenária de encerramento do “Seminário ProExt Cultura SP: políticas públicas de cultura e extensão universitária”, onde foram discutidas questões da maior relevância para o desenvolvimento da educação e da cultura brasileiras, afirma que as iniciativas de cultura também ocorrem, fundamentalmente, no âmbito das instituições

públicas, privadas, terceiro setor, porém, nem sempre acontecem no interior das organizações universitárias; as universidades, no entanto, são os principais órgãos de formação dos agentes envolvidos com a cultura. Daí deriva que, se a aliança entre cultura e ciência é inexorável, quando uma universidade é capaz de aliar os dois elementos nas ações que desenvolve ela se torna uma instituição mais complexa.

Com a elaboração da Carta de São Paulo foram realizadas algumas propostas quanto ao papel da universidade no desenvolvimento de políticas públicas, entre elas estão:

A universidade pública, pelos compromissos com o saber e com os desafios da sociedade em todos os seus aspectos, possui competência para propor políticas públicas de cultura e extensão.[...] O estabelecimento de políticas públicas de cultura e extensão pressupõe constante diálogo com a sociedade, transformando-a em políticas de Estado. É fundamental a definição de políticas públicas de curto, médio e longo prazos, que envolvam apoio institucional ao desenvolvimento de projetos, formas permanentes de financiamento, avaliações periódicas e sincronia com as tecnologias de comunicação. (CARTA DE SÃO PAULO, 2010, p. 10-11).

Em 2014 a Universidade de São Paulo completa 80 anos e a atual gestão considera ser um momento de reflexão, por isso, foi constituída a “Comissão dos 80 anos”, para coordenar uma série de eventos comemorativos, que tem como meta “avaliar o impacto da USP no avanço da ciência, da cultura e das políticas públicas” e cujos objetivos são “estimular a participação de todas as unidades no resgate da memória em balanço acadêmico e institucional. E, ao mesmo tempo, incentivar perspectivas e propostas para o futuro”. (KIYOMURA, 2014, p. 10)

A Universidade está em constante transformação e a cada gestão passa por mudanças e segundo a *Comissão de Comemoração dos Vinte Anos das Pró-Reitorias da USP*, “a Universidade de São Paulo é uma grande universidade, mas não está pronta e acabada”. Portanto, uma dessas mudanças foram à criação das Pró-reitorias na USP há 26 anos, com objetivo de criar maneiras de promoção de ampliação de interação entre as unidades e possibilitar a integração da diversidade das atividades-fins da Universidade.

6. A Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária – PRCEU

A Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, assim como as outras Pró-Reitorias, foram criadas em 1988 após a reforma estatutária da USP. Segundo Xavier (2008, p. 15), a criação das Pró-Reitorias visava criar formas de promover maior interação entre as Unidades.

Em 1995 foi criado e regulamentado o Fundo de Cultura e Extensão Universitária, em que possibilitou à PRCEU uma fonte complementar de recursos extraorçamentários para apoiar às Unidades no desenvolvimento de atividades de cultura e de extensão. Este fundo foi alterado para Fundo Único de Promoção à Pesquisa, à Educação, à Cultura e à Extensão Universitária da Universidade de São Paulo – FUPPECEU-USP e passou a atender as quatro Pró-Reitorias.

Atualmente, a PRCEU possui doze órgãos: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM), Centro de Preservação Cultural (CPC), Centro Universitário Maria Antonia (CEUMA), Cinema da Universidade de São Paulo (CINUSP), Coral Universidade de São Paulo (CORALUSP), Estação Ciência (EC), Museu de Ciências (MC), Orquestra Sinfônica da Universidade de São Paulo (OSUSP), Parque de Ciência e Tecnologia (Parque CienTec), Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (RESJE) e Teatro da Universidade de São Paulo (TUSP), que contribuem com a cultura e extensão universitária. O décimo segundo órgão é o Centro de Divulgação e Pesquisa Científico e Cultural (CDPCC) e foi recentemente aprovado no Conselho de Cultura e Extensão Universitária (CoCEX) e está sob análise das demais instâncias da USP.

A PRCEU possui várias atividades, ações, projetos e programas, entre eles cita-se o Programa Giro Cultural USP, com o objetivo de divulgar o patrimônio arquitetônico, artístico e cultural material e imaterial da USP. A iniciativa visa também proporcionar uma articulação entre ciência, cultura, artes e tecnologia, transformando a USP em um notório espaço de cultura, arte e conhecimento. O programa é composto por quatro roteiros: Vista Panorâmica: um passeio pelo *campus*; Acervo Cultural; Acervo Científico; e A USP e a São Paulo Modernista.

As iniciativas da área de financiamento são: o Fomento às Iniciativas de Cultura e Extensão, que apoia financeiramente, dentro de suas disponibilidades orçamentárias, iniciativas como a realização de simpósios, encontros e fóruns; e o Programa de Editais, foco de estudo desta pesquisa.

7. Financiamentos da PRCEU

A Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária possui duas linhas de financiamento de projetos, que são: o Fomento às Iniciativas de Cultura e Extensão e o Programa de Editais.

7.1. Fomento às Iniciativas de Cultura e Extensão

Esta iniciativa possui um Comitê que recebe e aprecia as propostas de projetos e delibera sobre a concessão de recursos. Os projetos devem ter como objetivo a extensão universitária por meio da aplicação, difusão de conhecimentos ou iniciativas culturais produzidas na Universidade, em ações voltadas para a interação com a sociedade de modo geral, priorizando o alcance de um público amplo, de modo, a explicitar a articulação dessas ações com atividades de pesquisa e ensino dos proponentes.

Os recursos a serem disponibilizados pelo Comitê de Fomento são provenientes do FUPPECEU-USP, os quais devem ser aplicados à promoção da pesquisa, da educação, da cultura e da extensão universitária.

Os responsáveis pelos projetos originários das Unidades, Museus, Institutos Especializados e Órgãos são, obrigatoriamente, docentes ativos da Universidade de São Paulo. Tais projetos devem ter o período de execução de no máximo 12 (doze) meses, podendo ser reapresentados após o envio e aprovação dos devidos relatórios acadêmicos e financeiros. O limite máximo atual das solicitações é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por projeto.

Os projetos submetidos ao Comitê são analisados, preliminarmente, por um corpo de assessores (pareceristas), constituído por membros das Comissões de Cultura e Extensão Universitária das unidades (presidentes, vice-presidentes e demais membros, desde que sejam docentes), no entanto, o julgamento (aprovado/não aprovado), é de competência dos membros do Comitê de Fomento.

Tabela 1: Recursos requisitados e repassados pelo Comitê (2009-2013)

Ano de Reunião	Recursos Requisitados	Recursos Repassados
2009	R\$ 2.459.287,75	R\$ 1.007.289,46
2010	R\$ 3.419.251,35	R\$ 1.210.518,66
2011	R\$ 3.917.185,83	R\$ 1.450.631,03
2012	R\$ 6.993.465,73	R\$ 2.497.453,11
2013*	R\$ 7.317.047,37	R\$ 2.764.830,57
Total	R\$ 24.106.238,03	R\$ 8.930.722,83

(*) até novembro de 2013

Fonte: Relatório de Gestão 2010-2013

7.2. Programa de Editais

O Programa de Editais foi criado em 2012 e tem como objetivo apoiar financeiramente projetos de valorização, preservação e difusão da memória da Universidade de São Paulo, preservação de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos nas diversas áreas do conhecimento, e ações de intercâmbio nas áreas de cultura e extensão com instituições congêneres nacionais e internacionais.

Em 2012 foram lançados quatro editais: Memória USP, Preservação de Acervos e Patrimônio Cultural, Intercâmbio de Atividades de Cultura e Extensão e o Prêmio Ortega y Gasset em Ciências Humanas.

Cabe destacar, que o Prêmio Ortega y Gasset em Ciências Humanas não se trata de um edital com foco em financiamento, sua finalidade é incentivar e promover a pesquisa científica e cultural na área das Ciências Humanas na Universidade de São Paulo, através da premiação de obras inéditas, sobre temas variados no campo da reflexão filosófica, cultural, artística e política do Brasil.

Entretanto, para a elaboração das propostas de financiamento foi criado um Grupo de Trabalho, cujas áreas foram escolhidas após um diagnóstico da PRCEU, o qual identificou que algumas áreas precisavam de atendimento imediato, como exemplo, os acervos e patrimônios da Universidade.

A Universidade tem um patrimônio em matéria de acervos, de obras de cultura, que nós não sabemos sequer avaliar e mensurar. Isso é uma responsabilidade pública e social enorme. Não só porque a Universidade tem que preservar seus acervos, mas porque tem de

abri-los para a comunidade e, mais do que isso, oferecer para as gerações futuras a oportunidade de pesquisarem nesses acervos. (ARRUDA, USP Destaque, 2012).

Conforme mencionado pela Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária, Maria Arminda Nascimento Arruda (2010 a 2013 e 2014 a 2017), a Universidade tem um patrimônio de acervos grande e que não se sabe mensurar, inclusive, porque alguns não eram e não são de conhecimento da comunidade uspiana.

Tal afirmação é ressaltada por José Tavares Correa Lira, ex-diretor do Centro de Preservação Cultural (CPC) e Coordenador Acadêmico do Programa de Editais, ao considerar o retorno surpreendente nestas áreas:

Nós sabíamos que havia uma demanda em alguns lugares tradicionais de guarda, conservação e estudos desses acervos, como os grandes museus ou o Arquivo Central da Universidade. [...] mas nós não sabíamos de uma enormidade de outras demandas que provinham de outros lugares menos conhecidos por seu interesse na preservação da memória e dos acervos da Universidade. Desde departamentos, laboratórios e setores de unidades, ou mesmo de órgãos da USP, até grupos de pesquisa, de estudos e grêmios". (LIRA, Revista de Cultura e Extensão USP, 2014, p. 30).

Na tabela abaixo mostra a quantidade de projetos inscritos e aprovados na edição de 2012:

Tabela 2: Total de projetos homologados e contemplados por edital

Edital	Total de projetos homologados*	Total de projetos contemplados
Memória USP	55	23
Preservação de Acervos e Patrimônio Cultural na USP	104	67
Intercâmbio de Atividades de Cultura e Extensão	57	39
Total	216	129

* O número de inscritos efetivamente, após a Verificação Técnica Formal (análise de documentos).
Fonte: Relatório de Gestão 2010-2013.

Conforme tabela acima, do total de projetos inscritos 60% foram contemplados, sendo que o Edital de Memória USP obteve 42% de aprovação, 64% foram

aprovados no Edital de Preservação de Acervos e Patrimônio Cultural e o Edital de Intercâmbio de Atividades de Cultura e Extensão obteve 68% de aprovação.

Destes projetos 62% foram propostos por docentes, 5% por alunos e 33% por funcionários, conforme tabela abaixo:

Tabela 3: Projetos contemplados segundo o vínculo do proponente

Vínculo	Memória	Preservação	Intercâmbio
Docente	15	42	23
Aluno	2	0	4
Funcionário	6	25	12
Total	23	67	39

Fonte: Coordenação Executiva do Programa de Editais da PRCEU.

Em 2012 o investimento inicial para o programa foi de R\$ 13 milhões, mas devido à quantidade de projetos apresentados, a Pró-Reitoria solicitou complementação da verba à Reitoria, a qual foi aprovada. Segundo a Pró-Reitora “está é a primeira vez que a Universidade aloca recursos de tal dimensão para programas institucionais dessa natureza”. (ARRUDA, USP Destaque, 2012).

Para edição 2013, foram lançados três editais: Museus e Coleções Museológicas; Difusão e Intercâmbio Cultural e Científico; e Preservação de Acervos Documentais, Memórias e Monumentos, em que foram alocados R\$ 18 milhões de investimentos para estas linhas de financiamento.

Os apoios destinavam-se a projetos inseridos em diversas modalidades e categorias, entre elas estão: documentação; higienização e acondicionamento; restauração; infraestrutura; difusão; exposições; músicas e audiovisual.

Percebe-se que esta política de financiamento tem permitido que diversas unidades da USP melhorem suas estruturas, infraestruturas, promovam a diversidade cultural com projetos que envolvem apresentações teatrais, musicais, seminários, exposições, inclusive internacionais, entre outros.

No entanto, é importante destacar que os projetos, para que possam ser financiados, são submetidos à pareceristas para avaliação do mérito. Depois no âmbito das Comissões Julgadoras são analisados e classificados. Cabe destacar que estas Comissões são formadas por especialistas internos e externos à USP.

A gestão do ex-reitor, João Grandino Rodas (2010-2013), tinha como diretriz investir recursos em todas as áreas da Universidade e o montante reservado para o Programa de Editais mostrou essa preocupação de investimento. Segundo Rodas (2012) este investimento “trata-se de conjunto inédito de ações, que representam o avanço e a importância da cultura e da extensão no contexto da Universidade”. (RODAS, USP Destaque, 2012).

Tabela 4: Total investido pelo programa de editais (2013)

Editais	Investimento Inicial	Valor Solicitado pelos projetos	Investimento Realizado
Museus e Coleções Museológicas	R\$ 5.000.000,00	R\$ 10.860.501,02	R\$ 4.960.311,01
Difusão e Intercâmbio Cultural e Científico	R\$ 5.000.000,00	R\$ 11.550.259,11	R\$ 4.992.686,59
Preservação de Acervos Documentais, Memórias e Monumentos	R\$ 8.000.000,00	R\$ 22.011.675,66	R\$ 7.990.732,78
Totais	R\$ 18.000.000,00	R\$ 44.422.435,79	R\$ 17.943.730,38

Fonte: Relatório de Gestão 2010-2013

Os resultados apresentados na tabela 4, evidência a necessidade reprimida dos acervos e coleções museológicas da Universidade, sendo que dos mais de R\$ 44 milhões solicitados, cerca de 75% foram para os projetos nestas áreas.

Tabela 5: Número de projetos inscritos, homologados e contemplados por edital

Editais	Total de projetos inscritos	Total de projetos homologados*	Total de projetos contemplados
Museus e Coleções Museológicas	46	44	26
Difusão e Intercâmbio Cultural e Científico	89	81	39
Preservação de Acervos Documentais, Memórias e Monumentos	120	116	50
Totais	255	241	115

* número de inscritos efetivamente, após a Verificação Técnica Formal (análise de documentos).

Fonte: Relatório de Gestão 2010-2013

Em 2013, do total de projetos homologados, 48% foram contemplados, sendo que 74 projetos têm como proponentes docentes, 32 são funcionários e 09 são alunos. Cabe destacar, que o Edital de Museus e Coleções Museológicas alunos não poderiam ser proponentes, conforme descrito no item 4.1 do Edital (<https://www.prceu.usp.br/editais>).

Tabela 6: Projetos contemplados segundo o vínculo do proponente (2013)

Vínculo	Museus	Difusão	Preservação
Docente	20	26	28
Aluno	0	7	2
Funcionário	6	6	20
Total	26	39	50

Fonte: Coordenação Executiva do Programa de Editais da PRCEU

Contudo, a contrapartida é que os responsáveis pelos projetos contemplados devem assegurar ao público o direito de consulta, pesquisa e visitação, respeitando as normas institucionais de salvaguarda, bem como ampla divulgação de seus resultados para a Universidade de São Paulo e para a sociedade.

Segundo Maria Marta Nascimento, proponente no edital de Preservação de Acervos e Patrimônio Cultural percebe-se no desenvolvimento do projeto “Organização e Digitalização do Acervo Fotográfico do Centro de Memória do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (CM-IPUSP)”, que os dirigentes e docentes do Instituto de Psicologia tem interesse no resgate e preservação da memória para o futuro. Mas, considerou a burocracia na contratação de serviços para a execução do projeto um obstáculo e destaca que:

[...] os serviços de restauração devem ser contratados pelo menor preço disponível – o que muitas vezes corresponde a um serviço de menor qualidade. E, no caso da restauração de documentos antigos, a contratação de um serviço inadequado pode comprometer a própria imagem ou documento a ser restaurado. (NASCIMENTO, Revista de Cultura e Extensão USP, 2014, p. 34)

Esta crítica também é feita por outra proponente, a professora Cristina Costa, da Escola de Comunicações e Artes, coordenadora do projeto *Memórias da ECA: 50 ano:s* “É muita burocracia. É um problema sério, porque estamos cartoriais demais”. (REVISTA DE CULTURA E EXTENSÃO, 2014, p. 34).

Cabe destacar que ao inscrever projetos os proponentes devem observar as regras estabelecidas pela Lei nº 4.320/64, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; pela Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da

Administração Pública, bem como pelos procedimentos administrativos e financeiros da USP, conforme descrito no item 6 dos Editais (<https://www.prceu.usp.br/editais>).

Segundo Calabre (2007, p. 100), “qualquer processo de gestão requer diretrizes, planejamento, execução e avaliação de resultados, e com a cultura não ocorre diferente”.

Para o Programa de Editais foram definidas diretrizes, realizado planejamento e executado e, com o intuito de tentar amenizar as dificuldades enfrentadas, tanto pelos proponentes quanto pela Pró-Reitoria, em 2014 não foram lançados novos editais. O Programa está passando por acompanhamento, análise e divulgação dos resultados, para desta forma, aperfeiçoar as edições futuras, bem como definir quais serão os focos de atenção e as modalidades de financiamento.

O acompanhamento dos resultados está sendo realizado por intermédio dos Relatórios Acadêmicos e das Prestações de Contas dos projetos contemplados na edição de 2012, bem como de um questionário, com a finalidade de obter dados para o balanço do Programa.

Com relação à questão de divulgação dos resultados, a Pró-Reitoria está organizando o Seminário: “Editais PRCEU: balanço e perspectivas”, que será realizado em novembro de 2014.

Como se pode verificar o programa passa por acompanhamento e análise dos resultados de suas primeiras e inéditas edições, o que é fundamental para seu êxito e continuidade, contudo, o não lançamento condiz com a história de instabilidade que há no país quando se trata de políticas públicas culturais.

8. Considerações Finais

O Brasil possui três tristes tradições quando se fala em políticas públicas culturais: ausências, instabilidades e autoritarismos.

Na década de 1930 iniciam-se, timidamente, as políticas públicas culturais no Brasil e, ao longo do tempo, diversas instituições, programas e projetos foram criados e passando-se pelas três tristes tradições.

O Ministério da Cultura passou a ter um maior destaque com as contribuições do Ministro Gilberto Gil (2003-2008), que colocou a cultura dentro da agenda política do governo e dando a oportunidade de participação da sociedade nas discussões da área. No entanto, o grande desafio das políticas públicas culturais, bem como de outras pastas do Governo, é de se criar políticas, programas e projetos, que haja continuidade, mesmo ocorrendo à mudança na administração, pois a descontinuidade gera um contínuo desperdício de recursos financeiros e de trabalho.

As políticas públicas culturais podem e devem se articular com outros Ministérios, e destaca-se o Ministério da Educação, por ser um importante parceiro, pois “é na escola que se formam gostos e valores culturais, relativos à vida e às artes – é onde se desenvolvem capacidades para lidar com os riscos da vida moderna”. (SILVA, 2007, p. 164)

Assim como os governos municipais, estaduais e federais, é possível perceber que a Universidade de São Paulo também tem tentado estabelecer uma política pública cultural com o financiamento de projetos ligados as áreas de cultura e extensão, com destaque para o Programa de Editais da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária.

Em dois anos de criação do Programa de Editais foram investidos cerca de R\$ 35 milhões, possibilitando um reavivamento de muitos projetos ou possibilitando-os de saírem do papel e serem concretizados.

Entretanto, nota-se que a Universidade tem uma demanda reprimida de investimento, pois conforme tabela 4, os valores solicitados pelos projetos são muito superiores aos valores investidos. Por isso, a continuidade do Programa mostra-se necessária para o financiamento destes e de outros projetos, bem como a institucionalização deste programa, de maneira, que se torne uma efetiva política pública cultural.

No entanto, o não lançamento de novos editais em 2014 faz-se com que a triste tradição de instabilidade permaneça em destaque, mas a proposta de realizar um seminário para apresentar os resultados dos projetos, mesmo que parciais, mostra a transparência da Pró-

Reitoria com a comunidade, bem como a importância de dialogar com os proponentes dos projetos. Este diálogo permitirá verificar as principais dificuldades enfrentadas nas Unidades, Museus, Institutos Especializados e Órgãos, e possibilidade de melhorias para as futuras edições.

Este diálogo torna-se muito importante, principalmente, neste momento de escassez de recursos financeiros em que passa a Universidade de São Paulo.

9. Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Alexandre; ROCHA, Dulcireni Schwinden; VAVASSORI, Marilene. *Proposta de elaboração de uma página eletrônica para escola de educação básica Arno Sieverdt*. Pouso Redondo, 2008.
- ANDRADE, Julia. *Por uma Política Cultural que Garanta Diversidade e Acesso Socioespacial*. In: BRANT, Leonardo (org). *Políticas Culturais*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- Anuário Estatístico. Universidade de São Paulo, ano 2012.
- Assessoria de Imprensa da Reitoria. *USP Destaque*. Nº 62, 12 de junho de 2012.
- AZEVEDO, Helena; OLIVEIRA, Maria Cristina Guimarães; OLIVEIRA, Simone Rosa de. *Política Cultural, Memória e Informação: práticas e articulações para a construção social*. XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2242/Pol%C3%ADtica%20-%20Oliveira.pdf?sequence=1>. Acesso em 30 de jul. 2014
- BEZERRA, Jocastra Holanda; WEYNE, Rachel Gadelha. *Política cultural no Brasil contemporâneo: percursos e desafios*. IV Seminário Internacional – Políticas Culturais – 16 a 18 de outubro/2013 – Setor de políticas culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Jocastra-Holanda-Bezerra-et-alii.pdf>. Acesso em 11 de out. 2014.
- BOTELHO, Isaura. A política cultural & o plano das ideias. In: *Políticas Culturais no Brasil*. RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (orgs). EDUFBA, Salvador, 2007, 109-132.
- _____. *Cultura e Universidade: reconstituindo as trajetórias dos diálogos institucionais*. In: Calabre, Lia (org). *Políticas culturais: teoria e práxis*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, 96-103.
- BRANT, Leonardo (org). *Políticas Culturais*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: *Políticas Culturais no Brasil*. RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (orgs). EDUFBA, Salvador, 2007, 87-107.
- _____. *O MinC, a Gestão Gilberto Gil e os desafios na construção de políticas culturais*. Revista de Antropologia e Arte, nº 01, vol. 01. 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa>. Acesso em 10 de jun. 2014
- CAMPANERUT, Camila. Após série de desgastes, Anna de Hollanda deixa Ministério da Cultura; Marta Suplicy assume. *Uol Notícias*. Brasília. 11 maio 2012. Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/09/11/apos-serie-de-desgastes-ana-de-hollanda-deixa-ministerio-da-cultura.htm>. Acesso em 16 de out. 2014.

Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação. Seminário Avançado: *Políticas Públicas à Cultura no Brasil*. Com Antonio Albino Canelas Rubim [vídeo]. São Paulo. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. 2011. 1h20min. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=BMgBieEOG_c. Acesso em 11 de out. 2014

CRISTO, Verônica e SUMARES, Gustavo. *O Futuro da “Terceira Missão” da USP*. Revista de Cultura e Extensão Universitária. São Paulo, nº 11, p. 11-16. Maio de 2014.

FARIA, Hamilton. Políticas Públicas de Cultura e Desenvolvimento Humano nas Cidades. In: BRANT, Leonardo (org). *Políticas Culturais*. Barueri, SP: Manole, 2003.

GOIS, Gilcélia Batista de. *A importância do processo de avaliação das políticas públicas no cenário brasileiro no período pós-70 (XX); um recorte histórico para os programas e projetos direcionados para o espaço rural*. Disponível em: <file:///F:/MBA%20USP/ARTIGO/GT15-Gilcelia-Batista-de-Gois.pdf>. Acesso em 29 de jul. 2014.

Jornal da USP, ano XXIX, nº 1.031, São Paulo, de 5 a 11 de maio de 2014. Leila Kiyomura. *Na programação dos 80 anos, um convite especial à reflexão*.

KIYOMURA, Leila. *Na programação dos 80 anos, um convite especial à reflexão*. Jornal da USP. São Paulo, nº 1.031, p. 10-11. Maio de 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Out. 2013, 3ª edição. Disponível em: http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2013/12/As-metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura_3%C2%AA-ed_espeelhado_3.pdf. Acesso em 21 de maio 2014

_____. *Cultura em Números: anuário de estatísticas culturais – 2ª edição*, Brasília: 2010.

_____. *Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura*. Nov. 2010.

_____. *Apresentação*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/o-ministerio>. Acesso em 12 de out. 2014.

_____. *O Programa. Centros de Artes e Esportes Unificados*. Disponível em: <http://ceus.cultura.gov.br/index.php/home/o-programa>. Acesso em 12 de out. de 2014.

_____. *Secretaria da Economia Criativa*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/secretaria-da-economia-criativa-sec>. Acesso em 24 de out. 2014.

_____. *Marta Suplicy participa de evento que consolida a gestão compartilhada dos CEUs em São Paulo. Notícias em Destaque*. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/marta-

[suplicy-participa-de-evento-que-consolida-a-gestao-compartilhada-dos-ceus-em-sao-paulo/10883](#). Acesso em 12 de out. 2014.

NALON, Tai. Na véspera da posse, Marta consegue aprovar mudança no financiamento da Cultura. As contas do ministério foram objeto de crítica da ex-ministra Ana de Hollanda. *Veja*. Brasil. 12 setembro 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/na-vespera-da-posse-marta-consegue-aprovar-mudanca-no-financiamento-cultura>. Acesso em 12 de out. 2014.

PALÁCIO DO GOVERNO. Lei nº 12.965, de 23/04/2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L12965.htm. Acesso em 24 de out. 2014.

PEREIRA, Paulo César Xavier (org). *Vinte Anos da Criação das Pró-Reitorias na Universidade de São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008; 290.

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. *Relatório de Gestão 2010-2013*. Disponível em: http://prceu.usp.br/AF_relatorio_gestao.pdf. Acesso em 01 de jun. 2014.

RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos*. Programa de Apoio a Gerência Social no Brasil, BID, 1997.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições*. Revista Galáxia, São Paulo, nº 13, p. 101-113, jun. 2007.

_____. *Políticas Culturais do Governo Lula*. Revista Lusófona de Estudos Culturais, vol. 1, nº 1, 2013, 224-242.

_____. *Políticas Culturais do Governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos*. Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, vol. 31, nº 1, pag. 183-203, jan./jun. 2008.

SILVA, Frederico A. Barbosa. *Política Cultural no Brasil 2002-2006: acompanhamento e análise*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007, 220 p (Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 2).

SUMARES, Gustavo. *Nossos últimos 80 anos*. Revista de Cultura e Extensão Universitária da USP. São Paulo, nº 11, p. 29-36. Maio de 2014.

TOLENTINO, Átila Bezerra. *Cultura, mercado e políticas públicas: breves considerações*. Revista Eletrônica Jovem Museologia: Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio, vol. 02, nº 04, 2º semestre de 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Convidado/Downloads/3confcult-cultura_e_mercado.pdf. Acesso em 26 de jun. 2014.